



Discurso de Posse

Auditório “Paulo Freire” UEPA-campus CCSE, Belém (PA), 26 de março de 2011.

Página | 1



Discurso proferido pela nova sócia efetiva

Taissa Tavernard de Luca

Por ocasião da Sessão Solene de Posse da Cadeira Nº 2, patronímica de Alexandre Rodrigues Ferreira



*I*lustríssima senhora presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, professora Anaíza Vergolino e Silva, Magnífica Reitora da Universidade do Estado do Pará, professora Dra. Marília Brasil Xavier, nas pessoas de quem saúdo os membros da mesa. cumprimento também os confrades do IHGP, as autoridades presentes ou representadas, corpo docentes e discentes desta instituição, os meus familiares as senhoras e os senhores.

2. O que leva os naturalistas estrangeiros serem tão enaltecidos, enquanto os nossos são esquecidos? essa é a pergunta de abertura da apresentação, feita por Guilherme de la Penha ao livro “o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira: uma análise comparativa de sua viagem filosófica pela Amazônia e mato grosso com a de outros naturalistas posteriores” escrito por Oswaldo rodrigues da cunha e publicado pelo museu paraense Emílio Goeldi no início da década de 90.



3. O discurso que será aqui proferido não tem por objetivo responder a pergunta, mas talvez preencher a lacuna. É tarefa difícil dissertar sobre esse personagem, acerca de quem muito já foi escrito. Mais difícil ainda é procurar eixos de proximidade possíveis entre Alexandre Rodrigues Ferreira, meu patrono, e o professor Roberto Santos, último ocupante dessa cadeira, brilhante intelectual paraense, cuja perda a sociedade local ainda se recente.

4. A Amazônia, é sem dúvida, o grande ponto de intercessão entre eles.

5. O pesquisador Emílio Goeldi em seu “ensaio sobre Alexandre Rodrigues Ferreira, na página 95 frisa que a “Amazônia é a verdadeira herdeira do naturalista. e para falar dele reporto-me a conjuntura histórica na qual sua obra foi construída.

6. O século das luzes foi todo marcado por expedições de reconhecimento que se espalharam pelas áreas “periféricas” e pouco conhecidas do mundo. o continente africano, a América colonial portuguesa e espanhola foram vasculhadas por cientistas pretensamente interessados nos auspícios do rigor da descrição do meio.

7. “Homens de ciência descobriram lugares, povos, plantas e animais nunca antes pensados pela tradição ocidental” (Raminelli, 19) enfrentando situações inóspitas de contato com a natureza exuberante dos trópicos e com a diversidade populacional por vezes considerada dantesca.

8. A Viagem Filosófica de que trato aqui foi planejada pela Academia das Ciências de Lisboa, mais especificamente pelo naturalista italiano Domenico Vandelli. Para comandá-la o mestre indicou seu talentoso discípulo, Alexandre Rodrigues Ferreira, brasileiro nascido na Bahia a, 27 de abril de 1756. Filho do comerciante Manuel Rodrigues Ferreira, iniciou os seus estudos no Convento das Mercês bacharelando-se em Filosofia Natural e Matemática na Universidade de Coimbra, mesma instituição onde obteve o título de Doutor aos 23 anos de idade.

9. A este rapaz, na atualidade conhecido como um dos maiores naturalistas luso-brasileiros, caberia, entre os anos de 1783 e 1792, a tarefa de revelar parte da América do



Sul, mais especificamente o centro norte da Amazônia Brasileira, então Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá.

10. No dia 21 de outubro de 1783 ancorava na Baía do Guajará a embarcação “Águia Real e Coração de Jesus” trazendo para essas terras os componentes de uma expedição reduzida pela contenção de custos. Dentre eles enumera-se o dirigente naturalista aqui homenageado, um jardineiro botânico e dois desenhistas.

11. Oswaldo Rodrigues da Cunha descreve com riquezas de detalhes a Geografia percorrida pela Viagem. De Belém a Joanes, do Tocantins ao Baixo Amazonas, foram quase dez anos dedicados a tarefa colonizadora de mapear a região, conhecer as fronteiras do império português e elaborar mapas populacionais.

12. A empreitada, não tão dotada dos rigores científicos previstos pela Academia das Ciências de Lisboa, propunha-se a realizar classificação de plantas, animais, minérios contribuindo para os avanços de uma ciência emergente e principalmente averiguando possibilidade de descobrir riquezas naturais que aferissem lucros à Coroa lusitana.

13. Certamente o olhar do Naturalista sobre a região não corresponderia ao método etnográfico da moderna ou pós-moderna ciência antropológica. Longe da proposta de relativismo, a alteridade era interpretada a partir do interesse pragmático de reconhecimento e ocupação territorial.

14. Seu relato de viagem tornou-se documentação minuciosa da natureza e da cultura. Realizou coleta zoobotânica classificando detalhadamente a constituição morfológica de animais e plantas específicos da região. Peixes como o Pirarucu e mamíferos diversos descritos e desenhados em pranchas que servem de material de pesquisa a historiadores quiçá a zoólogos e botânicos da contemporaneidade.

15. Os diários, tratados e relatórios sobre as vilas apresentam a preocupação com a economia e com o desenvolvimento das potencialidades da região, de forma que o historiador Ronaldi Raminelli, qualifica A Viagem Filosófica como uma obra com ares de



“mercantilismo ilustrado”. Alexandre Ferreira situava-se na liminaridade entre um homem de ciência e o representante da administração do Estado.

16. Neste sentido verifica-se o casamento harmônico entre o conhecimento e colonização. Por vezes preterindo o conhecimento em detrimento da colonização. Paulo Vanzolini considera que a expedição dirigida por Ferreira possuía metas administrativas que visavam assegurar a proteção e a exploração das fronteiras coloniais, ainda pouco conhecidas, de contornos muito fluidos e disputados pelas coroas europeias.

17. Este autor de forma ousada acusa:

“O título ‘philosophica’ pode ter sido em parte um disfarce, em parte complacência com as inclinações de naturalista de Alexandre”.

18. É nessa perspectiva vertical de centro-periferia, ou de civilização-barbárie que o naturalista apresenta a alteridade e a registra com uma preocupação arquivística de quem está diante de um mundo completamente exótico e fadado ao desaparecimento.

19. Sob a alcunha de gentio o nativo da terra foi traduzido em seu primitivismo. A expedição registrou visualmente tipos humanos. Suas imagens enfatizavam aspectos considerados excêntricos da estética indígena a exemplo da figura do gentio Caripuna das cachoeiras superiores do Rio Madeira que exibia perfuração na região da narina ou o índio Cambeba habitante do rio Yapurá esboçado com insinuante deformação craniana.

Apesar do longo período de convivência com as populações nativas, Ferreira não catalogou mitos, narrativas ou traços do imaginário local. De fato, não se pode cobrar deste homem do século XVIII, métodos científicos da contemporaneidade.

20. Há de se considerar, o legado trazido nos mais de mil desenhos, nas coleções etnográficas que reuniram centenas de peças correspondentes a artefatos da cultura material indígena, além de espécimes dos três reinos.



21. Essas peças foram recolhidas no decorrer da viagem, submetidas a tratamento de conservação e enviadas ao Real Gabinete de História Natural, em Ajuda, Portugal. Autores como Rebeca Rodrigues asseguram que sua coleção representa a primeira grande “amostragem sistemática da fauna, flora e dos habitantes da região”.

22. O triste desfecho de tão significativo trabalho é que em 1793, quando Alexandre Rodrigues Ferreira retornou a Portugal, “encontrou o material deteriorado e com sérios problemas de identificação” (Raminelli), abandonando o acervo - posteriormente revisitado por viajantes do XIX – e dedicando-se à administração pública. Seu patrono foi então nomeado vice-diretor do Real Gabinete e História Natural, do Jardim Botânico e administrador das Reais Quintas da Bemposta, Caxias e Queluz. Acabou falecendo na sede da coroa, desgostoso, e alcoólatra, no ano de 1815.

23. O desfecho pouco nobre desta história de vida não maculou sua herança intelectual nem impediu que pesquisadores da posteridade considerassem Alexandre Rodrigues Ferreira “o mais notável de todos os observadores e pesquisadores da América portuguesa no domínio da História Natural”. (Rômulo de Carvalho)

24. Tendo feito o elogio ao meu patrono passo agora a discorrer sobre o último ocupante da cadeira que assumo agora no IHGP. Meu predecessor, professor Roberto Araújo Santos nasceu em dezembro de 1932, passou a infância nas proximidades do Largo do Carmo, numa casa térrea de fundos para a baía do Guajará.

25. Estudou suas primeiras letras no Colégio Salesiano Nossa Senhora do Carmo, onde era classificado como um dos três melhores alunos da sala. Seu ginásio, foi cursado na Escola Estadual Paes de Carvalho localizada quase em frente a residência onde veio passar grande parte de sua vida. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1955 pela antiga Faculdade de Direito. Em vida, foi reconhecidamente um dos mais destacados intelectuais paraenses. Assim como o patrono, transitou entre a ciência e a administração pública.



26. Ingressou na magistratura, nos idos dos anos 60 através de concurso público. Tornou-se Juiz do Trabalho e sua primeira função na Justiça foi a Presidência da Junta de Conciliação e Julgamento com sede na cidade de Capanema, Zona Bragantina, Pará.

27. Foi classificado como um “missionário trabalhista”, pelo filho antropólogo que lhe herdou o nome (Roberto Araújo) em função do sacrifício dispendido na organização das sessões itinerantes pelos interiores para onde se deslocava a cavalo. Não lhe era fácil levar o peso da constituição na sela de um animal, qual um explorador aventureiro cujo objetivo é recolher enredos e representar a justiça.

28. Alcançou a posição de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, sediado em Belém, capital do Estado do Pará, de onde, anos mais tarde, se tornou presidente.

29. O professor Orlando Sampaio Silva em biografia escrita logo após o falecimento do magistrado e publicada em meio virtual sob o emblema “Tempo-Espaço e Memória” adiciona:

“Por sua condição de membro da magistratura da Justiça do Trabalho, o juiz Roberto Santos foi diversas vezes convocado ao TST-Tribunal Superior do Trabalho, para substituir Ministros e membros dessa alta corte de justiça em férias ou por outros motivos”.

30. Seu curriculum vitae enumera os cargos de Vice-Presidente da Associação Nacional de Juízes da Justiça do Trabalho, Membro da Comissão de Planejamento, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia-SPVEA, Consultor da Constituinte, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e coordenador das negociações sociais do MERCOSUL. Entre os títulos adquiridos referencia-se o de Grande Oficial do Mérito Judiciário do TST e a Comenda da Ordem de Rio Branco.

31. Se para a área jurídica o Magistrado Roberto Santos trilhou carreira ilibada, a produção científica na Amazônia, também lhe deve agradecimentos. Fez-se catedrático da



Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará-FFCLPA no final dos anos 50, antes mesmo da instalação da Universidade Federal no Núcleo Pioneiro do Guamá. Destacou-se por ministrar duas disciplinas: Economia e História das Doutrinas Econômicas.

32. Em busca de aperfeiçoamento Roberto Santos se deslocou para o Estado de São Paulo no início da década de 70, onde titulou-se mestre em Economia pela Universidade de São Paulo-USP. Sua dissertação foi publicada em livro intitulado História Econômica da Amazônia (1800 a 1920). Em memórias pessoais professor Orlando Sampaio destaca:

“Assisti sua defesa perante banca examinadora e lembro de, ao final do exame, o professor presidente da banca e orientador de Roberto Santos ter dito quanto lamentava que não pudesse dar ao examinando, naquela oportunidade, o título de doutor em economia, tal o alto merecimento de seu estudo, uma vez que, pelas normas universitárias, era necessário passar, antes, pela conquista do título de mestre”.

33. Integrou o quadro de pesquisadores e docentes fundadores NAEA Núcleo de Altos Estudos da Amazônia desenvolvendo e orientando trabalhos na área da economia na região. Experimentou o direito, também pelas vias da docência chegando à Coordenador do Curso de Mestrado na UFPA onde lecionava a disciplina Sociologia do Direito.

34. Destacou-se pelo engajamento político iniciado ao longo do Curso de graduação. Durante o período da ditadura militar, por exemplo, lutou para democratização da distribuição dos cargos de direção universitária, à época exercidos por indicação política. Tamanho ativismo levou seu primogênito a classificá-lo, como pertencente categoria de “minorias abraâmicas” definida por Dom Hélder Câmara.

35. Possui vasta obra de referência nacional e internacional que condensam nove livros na área da sociologia do direito, legislação trabalhista, e direito ambiental, além da economia política em adição aos mais de oitenta artigos científicos publicados no Brasil e no



exterior (Roberto Araújo). Aposentou-se da UFPA como Professor Titular e do TRT na condição de desembargador de Justiça do Trabalho na 8ª Região.

36. Roberto Santos, a quem tenho a honra de suceder, faleceu no dia de São João, 24 de junho do ano de 2012, deixando para a cientista Elisabeth Santos, sua viúva, e os cinco filhos do casal, lembranças de uma vida familiar feliz. A intelectualidade amazônica, por sua vez herdou uma obra de respeitável proporção que servirá a formação das gerações porvindouras.

37. A rigor, o dever estatutário de meu rito de posse terminaria aqui. Todavia, peço licença à direção deste Silogeu para incluir no elogio protocolar, uma terceira pessoa. trata-se de Arthur Napoleão Figueiredo fundador da cadeira de número dois que assumo agora.

38. Destaco que minha atitude tem valor de homenagem póstuma àquele que, se vivo fosse, completaria, exatamente no dia de hoje, 90 anos de idade.

39. Poderia construir esse tributo pontuando a sua relevância para a ciência antropológica produzida no norte do Brasil, ou catalogando centenas de artigos e alguns livros por ele redigidos. seria possível até escrever um longo epílogo da trajetória desse intelectual que transitou pela carreira militar, pelo direito e pela etnologia.

40. No entanto quero apenas destacar o pioneirismo do pesquisador que sem titulação de doutor foi um dos precursores dos estudos de antropologia na universidade federal do Pará, catedrático em etnologia e etnografia do Brasil na antiga faculdade de filosofia. falarei de Napoleão Figueiredo como mito de origem.

41. Desenvolveu com maestria atividades de ensino pesquisa e extensão quando os estatutos da UFPA nem previam o desenvolvimento integrado dessas três áreas. por conta disso, na década de 70, em meio estruturação das Pró-reitorias o departamento de antropologia, já representava vanguarda.



42. Como atividade de ensino, Napoleão Figueiredo se dedicou a formação um grupo coeso de alunos seguidores, entre os quais, Anaíza Vergolino, presidente dessa casa, é a primeira.

43. Definiu diversas linhas de pesquisa destacando-se entre elas os estudos de religião. seria possível afirmar que a antropologia urbana produzida no estado do Pará surgiu a partir da iniciativa deste já maduro professor e de sua jovem assistente. foram eles os primeiros a reconhecer como possível tema de investigação as religiões de matriz africana então desprezadas pela academia de ciência da década de 60.

44. Montaram uma linha de pesquisa e desenvolveram projeto denominado “Batuques de Belém”, que deixou para posteridade além de preciosas etnografias, acervo áudio visual e museológico fruto das constantes incursões a campo.

45. Como atividade de extensão afirmo, para um grupo social cuja história é contada “da boca para o ouvido”. A percibilidade das palavras encontra nas peças etnográficas pedras da memória, de forma que anos mais tarde, passado há muito a data de falecimento do grande mestre, ainda é possível escutar entre as vozes dos religiosos que grande parte da história dos cultos afro no Pará, está dentro dos muros da academia.

46. Escolhi referir-me a Napoleão Figueiredo, acima de tudo, com as palavras do coração. desta trajetória acadêmica sou herdeira por sucessão de linhagem. “neta” do fundador, aluna orgulhosa de Anaíza Vergolino que tem me acompanhado a carreira, desde graduação ao doutorado, seja como orientadora formal ou informal, seja como parceira no grupo de estudos religiões de matriz africana na Amazônia, fundado aqui na universidade do estado do Pará.

47. Napoleão Figueiredo para mim é um antepassado a quem não tive a honra de conhecer, mas que adentrou em minha história de vida como memória herdada, para compor de forma significativa, traço proeminente de minha identidade.



48. Peço perdão à assistência se me estendi por demais, mas foi a forma que encontrei de dizer muito obrigada a quem me antecedeu e explicar, em breve nota, o que vim fazer aqui.

49. Agradeço também nessas palavras finais a Ilze, minha madrinha, a Yolanda minha avó, À Vera, minha mãe, e demais familiares por fazerem parte desse caminho. aos meus filhos Antônio e Maria Clara pela alegria de tê-los ao meu lado, a Daniela pela companhia e carinho constantes. À reitora da UEPA e ao diretor de centro, agradeço pela possibilidade de realizar esse rito de passagem dentro da instituição, que considero como minha casa, aos coordenadores do PPGCR e do curso de licenciatura plena em ciências da religião pelo carinho com que me ajudaram a organizar esse evento, aos amigos, colegas de trabalho e alunos queridos, obrigada pelo prazer de tê-los aqui presente nesse momento tão especial. aos confrades do IHGP sou profundamente grata credibilidade que conferiram em meu nome para fazer parte de tão referendada instituição. devoto ainda um agradecimento mais do que especial a minha querida professora Anaíza Vergolino e a comunidade afro-religiosa deste estado pela parceria na construção da profissional que sou hoje. sem o carinho de vocês, nada teria sido possível.

